



Número: **0803585-43.2020.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **07/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ROZINILDO ELIAS RIBEIRO (AUTOR)		maria lucineide de lacerda santana (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
32110549	07/07/2020 09:39	Petição Inicial	Petição Inicial
32110565	07/07/2020 09:39	02 - Procuração e Documentos de identificação	Documento de Comprovação
32110572	07/07/2020 09:39	03 - Provas médicas	Documento de Comprovação
32110579	07/07/2020 09:39	04 - Documento do Veículo	Documento de Comprovação
32110583	07/07/2020 09:39	05 - Negativa Administrativa	Documento de Comprovação
32205004	16/07/2020 16:15	Despacho	Despacho

AO JUÍZO DA VARA REGIONAL DE MANGABEIRA, DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB.

ROZINILDO ELIAS RIBEIRO, brasileiro, solteiro, pedreiro, portador do RG nº 1.220.404 - 2ª via – SSDS/PB, inscrito no CPF sob o nº 033.541.714-05, residente e domiciliado na Rua Algodão da Praia, S/N, Q259, L329, Mangabeira, **João Pessoa/PB**, por sua advogada legalmente constituída (mandato incluso), com escritório profissional localizado na Av. Pedro II, 705, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-420, Tel. (83) 3241-6957, onde deverá receber intimações e correspondências, vem à presença de V. Exa. propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

(Com base na Lei N°. 6.194/74, alterada pela Lei n°. 8.441/92 e Lei n. 11.482/07)

contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º e 6º andar Centro, RIO DE JANEIRO – RJ, CEP: 20031205, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

1. PRELIMINARMENTE

Requer a concessão do benefício da **JUSTIÇA GRATUITA** em favor do autor, uma vez que ele não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família, conforme dispõe o inciso LXXIV do art. 5º da CF/1988 e o art. 2º, caput e parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

2. DOS FATOS

O autor, no dia dezoito de agosto de dois mil e quinze (18/08/2015), por volta das dezenove horas, quando conduzia a motocicleta de marca JTA/SUZUKI, modelo GSR125, cor preta, ano 2015, pelas proximidades do terminal dos ônibus da linha 302, bairro de Mangabeira VIII, João Pessoa/PB, após ser atingido por outra motocicleta, perdeu o controle do veículo e caiu ao solo.

Em decorrência disso, veio a sofrer fratura do antebraço esquerdo e amputação parcial do 3º quírodáctilo esquerdo, sendo socorrido pelo resgate do corpo de bombeiros e conduzido ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde foi submetido a procedimentos médicos.

No hospital, recebeu diagnóstico de **Fratura das diáfises do rádio e do Dossa forma, constatou-se o nexu causal entre** **cúbito (ulna) (CID 10: S52.4) e Amputação traumática de um outro dedo apenas**



**(completa) (parcial) (CID 10: S68.1), conforme laudo e atestado médico do *Dr. Juan Jaime Alcoba Arce (CRM/PB 3323)*.
o acidente e as sequelas definitivas.**

Inclusive, ressalte-se que o requerente submeteu-se a tratamento cirúrgico e permaneceu internado para tratamento médico especializado, conforme declarações e demais documentações médicas em anexo.

A partir de então, a vítima, ora Promovente, procurou munir-se da documentação necessária, para fazer valer seus direitos, vez que tal indenização, na hipótese de invalidez permanente deve ser paga, conforme disciplina o art. 3.º da Lei n.º 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

Ocorre que houve a negativa de pagamento administrativo, sob alegação de ausência de documentos, no entanto, conforme se verifica da documentação acostada com a exordial, tal exigência fora devidamente cumprida, motivo pelo qual, a negativa se mostra indevida.

Convém mencionar que a **realização do laudo pericial pelo Instituto Médico Legal - IML é para recebimento do seguro DPVAT na esfera administrativa. A lei que regula a cobrança do seguro DPVAT não exige o referido laudo para o ajuizamento da ação em questão.**

Ademais, tendo o autor juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.

Considerando que há um termo de convênio de cooperação entre o tribunal de justiça da Paraíba e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (convênio nº 015/2014) para a realização de perícias médicas judiciais, visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotores de via terrestre, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que o promovente se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo ao beneficiário.

Quanto ao valor da indenização devida ao Autor, esta ficará a critério do d. Julgador, vez que tem o livre arbítrio para decidir, de acordo com seu livre convencimento, pois a lei estabelece apenas o limite máximo da indenização, mas não fixa critério por porcentagem de debilidade.

3. DO DIREITO

3.1 DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM

O seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de vias Terrestres DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

“*In casu*”, é direito do Promovente receber uma indenização por danos pessoais até o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ante a invalidez permanente. Nesse sentido, a legitimidade ativa do Promovente na presente demanda é cristalina, por ser a própria vítima do acidente instituidor do seguro.

3.2 DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - O SEGURO DPVAT- CONVÊNIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT



O Art. 7º. da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento da indenização em tela.

Nesse sentido, a resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, que "*alterou e consolidou as normas disciplinadoras do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*", é considerada como um grande avanço no âmbito dos seguros DPVAT, tendo em vista que ela criou uma seguradora líder dos consócios, que deverá ser especializada em seguros DPVAT, nos termos do seu art. 5º, § 3º.

Assim, a seguradora Líder foi exclusivamente criada para responder pelos seguros DPVAT, em nome do consócio, ficando responsável pelo pagamento dos prêmios, nos moldes do Art. 5º § 8º da mesma resolução.

Resta patente, Douto Julgador, a infalibilidade quanto a legitimidade da empresa promovida para responder no polo passivo da presente demanda, que pode ser corroborada pela resolução 154 dos seguros DPVAT, que é incontroversa quanto ao responsável pelo adimplemento da obrigação.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que **qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a SEGURADORA LÍDER DPVAT, que representa suas associadas na esfera judicial.** Senão vejamos.

"APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO

OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE SEGURADORA

Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG - AP 0350628-9 -Uberlândia – 1ª. C. Cív. Rel. Juiz Silas Vieira - J. 18.12.2001)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se superada qualquer controvérsia, de sorte que, qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.3 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Dispõe o art. 5º da Lei Nº. 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente. Vejamos:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (Grifei).

A indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

Comprovação do acidente e das sequelas sofridas;

Registro da ocorrência no órgão policial competente; e Laudo do IML à época do acidente e/ou Laudo Complementar das



Sequelas, demonstrando a
INVALIDEZ, DEBILIDADE, PERDA ou INUTILIZAÇÃO,
INCAPACIDADE E/OU A DEFORMIDADE PERMANENTE.

O art. 5º, 5º, da Lei [6.194/74](#), com a redação dada pela Lei nº [11.945](#), de 2009,
dispõe verbis:

"O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da
vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à
vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões
permanentes, totais ou parciais."

Do texto legal, depreende-se que o Instituto Médico Legal deverá fornecer
o laudo constatando e quantificando as lesões permanentes, totais ou parciais, da vítima na
esfera administrativa. No âmbito judicial, a realização da prova pericial deve
seguir o procedimento previsto nos [artigos 461 e seguintes do CPC](#)

Nesse sentido, segue a nossa mais atual jurisprudência:

"AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL - DECISAO QUE DÁ PROVIMENTO
PARCIAL AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO -
COBRANÇA DO SEGURO [DPVAT](#) INVALIDEZ PERMANENTE -
PROVA PERICIAL - PEDIDO DE
REALIZAÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL -
INDEFERIMENTO - HONORÁRIOS PERICIAIS FIXAÇÃO
ADEQUADA - MANUTENÇÃO.
RECURSO DESPROVIDO. 1 - **Considerando que o laudo pericial a ser
realizado pelo Instituto Médico Legal - IML,**
previsto no art. 5º, 5º, da [Lei 6.194/74](#), é colocada a
disposição

dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora),
visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de
acidente causado por veículos automotor de via terrestre, se a própria
beneficiária do seguro, pretende demonstrar a sua invalidez
permanente, através de perícia judicial, diga-se a propósito, muito mais
completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida
sob o crivo do contraditório, não há razão para que a suplicante se
submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento
processual, com a consequente delonga no pagamento de eventual
indenização, em evidente prejuízo à beneficiária.

2 - Não é

excessivo o valor fixado a título de honorários periciais, quando
corretamente arbitrados, tendo levado em consideração as despesas e
o trabalho a ser desenvolvido." (TJPR, 10ª C.Cív., Ag. Reg. nº
0615691-6/01, Rel. Des.

LUIZ LOPES, Julg.: 01/10/2009).

No mesmo sentido já decidi em outro feito de minha relatoria: TJPR -
10ª C.Cível - AI 0631577-1 - J. 04.02.2010; TJPR, 10ª C.Cív., AI nº
0628721-4, Julg.: 22/10/2009.

Reforçando a ideia do citado artigo, pontifica o art. 7º, caput, da lei N.º
6.194/74, ao estabelecer que:

**"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado,
com seguradora não identificada, seguro não realizado ou
vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos
demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por**



todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (Grifei).

Assim, **não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório**, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra **sumulada na Corte do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) **não é motivo para a recusa do pagamento da indenização**". (Grifei).

Diante dos documentos exigidos pela lei supra, todos juntos aos presentes autos, estes se encontram devidamente instruídos, tornando incontestado o nexo causal entre o acidente e o dano que vitimou a Promovente, **restando como sequela debilidade permanente de seu membro superior**.

Na mesma seara, decidiu a **TURMA RECURSAL CÍVEL DO ESTADO DA PARAÍBA**, observemos:

"RECURSO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEGITIMIDADE DA SEGURADORA DEMANDADA AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO DA LEI Nº 8.441/92 A SUA APLICAÇÃO AOS ÓBITOS OCORRIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA - DESNECESSIDADE DE PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO PELOS BENEFICIÁRIOS SENTENÇA MANTIDA RECURSO IMPROVIDO. **Todas as seguradoras consorciadas são indistintamente obrigadas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), bastando a prova da existência do fato e suas consequências danosas, observando-se a Lei n. 8.441/92, que não fez nenhuma restrição aos óbitos ocorridos antes de sua vigência, sem que se possa exigir dos beneficiários a comprovação do pagamento do prêmio**". (Relator: JUIZ ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO. Ano: 2001. Data
Decisão: 19/12/2000. Natureza: RECURSO INOMINADO. Órgão Julgador: TURMA RECURSAL CÍVEL. Procedência: CAMPINA GRANDE - 2ª REGIAO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. Comarca: CAMPINA GRANDE). (Grifei).
Ainda, proclamou o **STJ**:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA - PEDIDO CUMULADO COM DANOS MORAIS - POSSIBILIDADE -SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE DE VEÍCULO RECUSA AO PAGAMENTO -PROVA DO FATO - RECURSO IMPROVIDO.
A indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT), causados por Veículos Automotores Via Terrestre, devida à pessoa vitimada, pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do convênio, independente de pagamento do prêmio do seguro.
Havendo recusa injustificada à cobertura securitária, pode o prejudicado, a depender do caso concreto, pleitear a indenização na esfera judicial, cumulando-a com danos morais, ante o dissabor da recusa da seguradora em não pagar. "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização" (Súmula 257 do STJ). (Grifamos).



É incontestável, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.4 DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

Neste especial, a demanda não comporta maiores ilações. De acordo com a Lei n. 11.482/2007, **o valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT), em caso de invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), senão vejamos:**

“Art. 8º. Os arts. 3º., 4º., 5º. e 11º. da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º. desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

...” (Grifos nossos).

Assim, estando provado e incontroverso o fato do acidente automobilístico, impõe-se a condenação da Promovida com base na Legislação já sobejamente invocada.

4. DO PEDIDO

Ante ao todo exposto, requer a Promovente, que V. Exa. se digne determinar:

- a) O Benefício da Justiça Gratuita, constante na Lei N°. 1.060/50, c/c a Súmula 29 deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, uma vez que o Promovente não possui condições de arcar com as custas e despesas processuais, nem com os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família;
- b) A citação da Promovida, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia e confissão;
- c) Que, ao final, seja a presente ação **JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE, com a condenação da Promovida a pagar ao Promovente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de INDENIZAÇÃO POR DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE**, nos termos do art. 3.º, II, da lei n.º 11.482/07, **acrescido de juros legais e correção monetária à data do evento danoso (18/08/2015)**, conforme entendimento sumulado (Súmulas 43 e 54) do Superior Tribunal de Justiça;
- d) Requer, outrossim, a produção de provas, por todos os meios em direito admitidos, **em especial pela designação de perícia médica, e a indicação de perito judicial. Com o pagamento dos honorários periciais judiciais em até 15 dias pela promovida. O valor fixado individual conforme convênio (convênio nº 015/2014) pactuado é de R\$ 200,00, independente do resultado da avaliação médica realizada e da gravidade da lesão apresentada pela vítima. O mesmo valerá para as avaliações médicas, conforme convênio firmado. Bem como, o depoimento pessoal do representante legal da**



Promovida, depoimentos de testemunhas e **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO PROMOVENTE**, com base no Inciso VIII, Art. 6º. da Lei N°. 8.078/90;

- e) As intimações sejam destinadas, exclusivamente, à Advogada MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SÂNTANA (OAB/PB 11.662-B), sob pena de nulidade.
- f) Requer, por último, a condenação da Promovida, ainda em custas judiciais, despesas e honorários advocatícios, estes a razão habitual de 20%.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos fiscais.

Termos em que,

Pede DEFERIMENTO.

João Pessoa/PB, 07 de Julho de 2020.

MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA
OAB-PB 11.662-B



LIVRO: 0315

FOLHA: 149

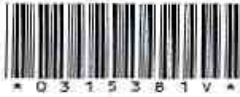


PROCURAÇÃO

SAIBAM quantos esta Pública Procuração virem, que aos 02 (dois) dias do mês de maio (05) do ano de 2017 (dois mil e dezessete), neste **VIEIRA BATISTA SERVIÇO NOTARIAL**, situado na Rua Elias Pereira de Araújo, 40, Mangabeira, João Pessoa - PB - CEP 58056-010, foi lavrado o presente. Instrumento de Procuração Pública em que, perante mim, Rômulo Vieira Batista, Tabelião, compareceu(ram) como **OUTORGANTE(S): ROZINILDO ELIAS RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, pedreiro, portador do Documento de Identidade nº 1.220.404-2ª Via-SSDS/PB, expedido em 01.10.2015, inscrito no CPF/MF sob nº 033.541.714-05, residente e domiciliado à Rua Projetada, s/n, Quadra 92, Lote 15, Bairro Mangabeira VIII, João Pessoa - PB; identificado(s) como o(s) próprio(s) por mim Notário(a), à vista dos documentos de identificação apresentados, do que dou fé. **Perante mim por ele(s) me foi dito que constituía(m) e nomeava(m) seu(s) bastante(s) PROCURADOR(ES): MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB nº 11002-B, portadora do Documento de Identidade nº 4.864.058-SSP/PE, inscrita no CPF/MF sob nº 379.865.114-00; **LUIZ SANTANA DE LIMA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB nº 14301-B, portador do Documento de Identidade nº 1.007.169-SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob nº 101.724.834-68; **RICARDO HENRIQUE CANTALICE HARDMAN**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB nº 14903, portador do Documento de Identidade nº 2.807.698-SSP/PB, inscrito no CPF/MF sob nº 052.202.404-12; **EDNA DE LOURDES LEITE BRASILINO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB nº 16105, portadora do Documento de Identidade nº 2.074.889-SSDS/PB, inscrita no CPF/MF sob nº 023.025.424-10, todos com endereço profissional na Av. Dom Pedro II, nº 705, Bairro Centro, João Pessoa - PB; **a quem confere(m) poderes da Cláusula "AD JUDITIA ET EXTRA" perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, até decisão final, usando todos os meios e recursos legais em representação do (a) outorgante, também, em qualquer órgão, empresas privadas ou públicas, sociedades de economia mista, etc, conferindo-lhes ainda poderes especiais para: confessar, desistir, transigir, firmar acordos, receber importâncias e valores, emitir e endossar cheques, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, receber citação, intimação, notificação, etc, renunciar direitos, fazer cessão de direitos e arrolamentos, fazendo declarações, assinando termos, fazer habilitação de crédito em inventário, contraditar testemunhas, arguir suspeições criminais, revogar procurações, atuar como defensor ou assistente em ações trabalhistas, previdenciárias, comerciais, tributárias, cíveis, propor queixa crime (ação penal privada), impetrar Mandado de Segurança, apelar, atuar como defensor em notificação de infração ou imposição de penalidade de trânsito, substabelecer, com ou sem reservas de poderes, sem prejuízo imediato de honorários a que se fizer jus (nos moldes dos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art 85 do Novo Código de Processo Civil Pátrio), enfim, praticar todos os atos previstos no art. 105 do Novo Código de Processo Civil e art 5º, §2, da Lei 8.906, de 04/07/94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil). (FEITO SOB MINUTA). **TUDO COM PRESTAÇÃO DE CONTAS.** Recolhidas as Taxas FEPI - Fundo Especial do Poder Judiciário, no valor de R\$ 5,01, FARPEN - Fundo de Amparo ao Registrador de Pessoas Naturais, no valor de R\$ 18,46, ISS - Imposto Sobre Serviço, no valor de R\$ 4,62, sendo os Emolumentos R\$ 92,32, 02.05.2017. Selo Digital: AET93525-V616. Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>. Em fé de verdade assim o disse e outorgou, sendo lavrada a presente **Procuração**, a qual feita e lida sendo lida, em alta e clara voz, achou-a conforme, outorgando, aceitando e assinando. **SEVERINO DO RAMOS MEDEIROS DA SILVA**, brasileiro, divorciado, operador de máquinas, portador da CNH nº 05349902714, expedida pelo DETRAN-PB, em 06.03.2017, onde consta o Documento de Identidade nº 545.376-SSP/PB e o CPF/MF sob nº 203.094.734-20, residente e domiciliado à Rua Projetada, s/n, Quadra 92, Lote 15, Bairro Mangabeira VIII, João Pessoa - PB, devidamente identificado conforme documentos apresentados, que aceita e assina a presente, a rogo do outorgante que **DECLAROU SER ANALFABETO** e deixou a impressão digital do seu polegar direito à margem deste instrumento, sendo dispensadas a presença e a assinatura de testemunhas, de acordo com o Provimento da Corregedoria Geral da Justiça do Estado da Paraíba. **Os referidos poderes são concedidos por prazo indeterminado.** Eu, Sérgio Ricardo M. Mendonça, Escrevente Autorizado, lavrei**

s Pereira de Araújo, 40 - Mangabeira/Prosind - CEP 58.056-010 - João Pessoa - Paraíba - Fone/Fax: 3239-6699 / 3239-6990





LIVRO.: 0315

FOLHA.: 149V

rubriquei e encerrei este ato, conferindo toda a documentação necessária para sua devida efetivação, como também, as assinaturas apostas neste documento. Eu, **FÁBIO ROBERTO C. BATISTA – ESCRIVENTE AUTORIZADO do Vieira Batista Serviço Notarial**, subscrevo e assino, estando conforme o original. (aa) ROZINILDO ELIAS RIBEIRO. A rogo SEVERINO DO RAMOS MEDEIROS DA SILVA.



Em testemunho () da verdade.

FÁBIO ROBERTO CORDEIRO BATISTA
- ESCRIVENTE AUTORIZADO -

SERVIÇO NOTARIAL
VIEIRA BATISTA

2º Ofício Distrital
Bel. Rômulo Vieira Batista
Tabelião

Bel. Rosângela Vieira Batista
Substituta

Rua Elias Pereira de Araújo, 40
Mangabeira - João Pessoa - PB
Fone: (83) 3239-6699



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-237



NÃO ALFABETIZADO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.220.404 - 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 01/10/2015

NOME ROZINILDO ELIAS RIBEIRO

FILIAÇÃO ELIAS MARCELINO RIBEIRO MARIA ESTELIA DA SILVA

NATURALIDADE AROEIRAS-PB DATA DE NASCIMENTO 03/01/1968

DOC ORIGEM CERT. NASC. Nº7668 - LIV.A-8 - FLS.103 - CARTORIO AROEIRAS-PB

CPF 033.541.714-05

2600 Pessoa - PB

LEI Nº 11.101/08/53



GAMIANA SIMPLICIO DO NASCIMENTO
RUA ALGODÃO DA PRAIA, 9/Nº 1329 - MANGABERA
JOÃO PESSOA - PB CEP: 58011-820

Classificação: RESIDENCIAL/BAIXA RENDA MONOFÁSICO 9/220, 4m 25 - Conta Redutor - João Pessoa - PB - CEP 58011-820
Roteiro: 5 - 5 - 362 - 1040 Referência: Mai / 2017
Nº medidor: 00005153214 Emissão: 11/05/2017

energisa
ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Rua Redutor - João Pessoa - PB - CEP 58011-820
CNPJ 08.965.182/0001-40 Ins. Est. 16.615.823-0
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.444.274
Código para Débito Automático: 00011583713

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a **UC (Unidade Consumidora): 5/1158371-3**

Mai / 2017

Canal de contato

Apresentação

11/05/2017

Data prevista da próxima leitura

09/06/2017

Declaração de Quitação Anual de Débito:
Conforme previsto na Lei 12.087 de 29 de julho de 2009, informamos a quitação dos débitos referentes aos faturamentos regulares de energia elétrica desta unidade consumidora vencidos no ano de 2016 e nos anos anteriores. Esta declaração substitui, para a comprovação do cumprimento das obrigações do consumidor, as quitações dos faturamentos mensais dos débitos de anos a que se refere, e dos anos anteriores.
Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

CPF/ CNPJ/ RANI

2568615491
Ins. Est.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
10/04/17	16815	11/05/17	18907	31

Faturas em atraso

16/04/2017: 42,55
20/03/2017: 61,62

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30 kWh-BR	30	0,13755	4,12
Consumo - 31 a 100 kWh-BR	82	0,23951	14,83
Adic. B. Vermeia			1,42
Subsídio			20,20
ICMS			14,06
PIS			0,93
COFINS			2,89
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CONTRIB SERV LIM PÚBLICA			1,17
JUROS DE MORA 02/2017			1,06
MULTA 02/2017			0,90
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 02/2017			0,02
Depreciação Subsídio			-20,29

Histórico de Consumo (kWh)

Apr/17	82
Mai/17	118
Fev/17	102
Jan/17	99
Dez/16	112
Nov/16	102
Out/16	108
Set/16	88
Ago/16	83
Jul/16	114
Jun/16	99
Mai/16	95

Média dos últimos meses
102

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR R\$
ICMS	58,83	25,00	14,86
PIS	58,83	1,0757	0,93
COFINS	58,83	4,9443	2,89

VENCIMENTO
18/05/2017

TOTAL A PAGAR
R\$ 41,49

c21e.82e1.4e7b.4be6.ace4.9876.e0ed.cd8f.

Indicadores de Qualidade

3/2017 - Mangabera

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DCIMENSAL	5,16	1,14	NORMAL 220
DIC TRIMESTRAL	10,26		
ODIMENSAL	20,77		
FIC MENSAL	3,30	2,00	CONTRATADA 202
FIC TRIMESTRAL	8,80		
FIC ANUAL	13,20		
DMIC	2,94	0,83	LIMITE SUPERIOR 231
DCIR	12,72		

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energia/PB	1,24	17,47
Compra de Energia	9,79	23,80
Serviço de Transmissão	0,60	1,21
Serviços Auxiliares	2,55	6,21
Impostos Diretos e Encargos	21,30	51,41
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	41,49	100,00

Valor de EUSD (Ref. 3/2017) R\$ 14,76

ATENÇÃO

- REAVISO: Caso a(s) fatura(s) acima continuem em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 26/05/2017. Conforme Resolução 416/ANEEL, o pagamento após essa data não esterne a posterior suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas, estarem na unidade consumidora para comprovação. Como essas faturas estão em atraso, desconsiderar essa mensagem. ESTE PRAZO NÃO VALE PARA AS FATURAS JÁ REAVISADAS, para estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.
Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 20,20

PARAIBA

Roteiro: 5 - 5 - 362 - 1040
Matrícula: 1158371-2017-05-4

VENCIMENTO

18/05/2017

TOTAL A PAGAR

R\$ 41,49

83620000000-5 41490149000-6 11583712017-5 05400050019-6





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
1ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DA CAPITAL
Rua Manoel Rufino da Silva, SN, Central de Polícia - João Paulo II, João Pessoa - PB, CEP: 58076-005

BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL Nº 3660/2015

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, nesta cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, na Delegacia de Acidentes de Veículos da Capital, sob a responsabilidade do Delegado de Polícia Francisco Deusdedit Leitão Filho, comigo escrivão de seu cargo, ao final assinado, aí por volta das 10:11h, compareceu o (a) Senhor (a): **ROZINILDO ELIAS RIBEIRO**, brasileiro, natural de Aroeira/PB, solteiro, com 47 anos de idade, Pedreiro, Analfabeto, filho de Elias Marcelino Ribeiro e de Maria Estelia da Silva, RG. 1.220.404-SSP/PB, residente na Rua Algodão da Praia, SN, Quadra 269, Lote 329, Mangabeira VIII, nesta capital, o (a) qual notificou o seguinte: QUE, no dia 18/08/15, por volta das 19:00h, quando conduzia a motocicleta de marca JTA/SUZUKI, modelo GSR125, cor preta, ano 2015, chassi nº 9CDNF4FDJFM102660, motor nº F4E9BR104712, nota fiscal em nome de Rozivania de Souza Ribeiro, pelas proximidades do terminal dos ônibus da linha 302, no Bairro de Mangabeira VIII, nesta cidade de João Pessoa/PB, após ser atingido por outra motocicleta, o notificante perdeu o controle de direção caindo ao solo, e que em decorrência desse fato veio a sofrer fratura do antebraço esquerdo e amputação parcial do 3º quirodáctilo esquerdo, sendo socorrido pelo resgate do corpo de bombeiros e conduzido ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde se submeteu a procedimentos médicos. Por este motivo notificou o fato. O referido é verdade, dou fé.

João Pessoa (PB), 12 de novembro de 2015.



Notificante

Carlos Antônio Duarte Félix
Escrivão de Polícia Civil
1984 129 0000

Escrivão





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIVISÃO MÉDICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE Rozinildo Elias Ribeiro
DATA DE NASCIMENTO 03/01/68
NOME DA MÃE Maria Estela da Silva

DADOS EXTRAÍDOS

PRONTUÁRIO N.º 89835
BOLETIM DE ENTRADA N.º 859297
DATA DO ATENDIMENTO 18/08/15
HORA DO ATENDIMENTO 20:55
MOTIVO DO ATENDIMENTO Acidente de moto
DIAGNÓSTICO (S) Fratura do antebraço E + amputação parcial do 3º QDE.
CID 10 S52.4 S68.1

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste Serviço, vítima de queda de moto, com queixa de dor em ombro esquerdo, trauma em antebraço esquerdo, nega perda da consciência ou vômitos, apresenta edema e equimose periorbitária esquerda, escoriação em região frontal E e hemiface E, glasgow 15, pupilas iso/foto. Avaliado pela Neurocirurgia, BMF, Traumatologia e internado para tratamento cirúrgico.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX antebraço E, mão E, ombro E, face.

RESULTADOS DOS EXAMES:

RX: fratura de ossos do antebraço E, amputação de 3º QDE.

TRATAMENTO:

Tratamento cirúrgico de fratura do antebraço E + regularização do coto de amputação do 3º QDE.

ALTA HOSPITALAR: 22/08/15
DATA DA EMISSÃO: 26/10/15

Dr. Juan Jaime Alcoba Arce
CRM: 3323/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS,
MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA
DEFESA SOCIAL
6ª DELEGACIA DISTRITAL



CERTIDÃO

CERTIFICO em razão do meu cargo e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o livro de ocorrências desta Delegacia, às fls. ocorrência de nº 1109 /2015, na mesma continha o seguinte teor: **Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dezesseis**, nesta cidade de Santa Rita e na 6ª Delegacia Distrital, onde presente se encontra o Delegado **Luis Eduardo Montenegro Bento Sousa Segundo**, as 19:00 horas, compareceu a Sr. **Rosivania de Sousa Ribeiro**, brasileira, solteira, portadora da cédula de identidade nº 3 600 536 SEDS/PB, filho de **Rozinilso Elias Ribeiro** e de **Silvana Moraes de Souza**, residente à (na) rua **Monsenhor Arlindo Bezerra Camboim nº 305, Mangabeira IV, João Pessoa/PB**, a qual notificou que, no dia 18 de agosto do ano próximo passado, por volta das 20:05 horas, quando seu pai **Rozinildo Elias Ribeiro**, 48 anos de idade, portador da cédula de identidade nº 1 220 404 SEDS/PB, vinha conduzindo a moto **Honda CG 125 FAN** de placa **OFH 1374/PB**, registrada em nome de **Maria da Penha de Oliveira Brito da Silva**, foi surpreendido por uma moto de placa não identificada, vindo a colidir com a mesma, fato este ocorrido na **avenida Jatebá, Costa do Sol, João Pessoa/PB**, sendo socorrido para o Hospital de Emergência e Traumas Senador Humberto Lucena com **Fratura do Antebraço esquerdo mais amputação parcial do 3º QDE**, conforme Laudo Médico apresentado. **Diante o exposto, solicita providências. O referido é verdade. Dou fé.** **Everaldo Martins da Costa**,Escrivão que

Digitadoi.....

Santa Rita, 31 de março de 2016.

Rosivania de Sousa Ribeiro





VISTO EM: 11/11/15

Comandante do BAPH

Katty Sabrina do Nascimento Silva

TEN CEL 521.280-4

**BATALHÃO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
3ª SEÇÃO - OPERAÇÕES**

João Pessoa-PB, 06 de Novembro de 2015.

CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA Nº. 526/2015

Certifico que revendo as fichas de ocorrências atendidas no dia 18/08/2015, conforme requerimento nº 538/15, solicitado pela pessoa interessada, consta que foi socorrido (a) por volta das 20h05min o/a Sr.(a) **ROZINILDO ELIAS RIBEIRO** RG Nº 1.220.404 2ª VIA SSDS/PB, vítima de acidente de trânsito (colisão moto x moto), ocorrido na Av. Jatobá, Costa do Sol, João Pessoa/PB. Que a guarnição da viatura de prefixo AR- 39, tendo como chefe o **SARGENTO BM Rogério Gomes Batista**, matrícula 520.037-7, constatou no local da ocorrência que a vítima encontrava-se em decúbito ventral, consciente e orientada, apresentando fratura fechada no membro superior esquerdo na região distal do rádio e ulna, laceração nos dedos da mão esquerda, edema na região frontal e lesão no zigomático e periorbital. A vítima era condutora da motocicleta e não usava capacete. Que após os procedimentos de imobilização a referida guarnição a transportou na viatura acima citada para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Para constar, eu **Elizabete** Gurjão Leônico Pinheiro - SD BM Mat. 523.935-4, (assinado) auxiliar da 3ª Seção/BAPH, digitei a presente certidão, que vai assinada por mim e pelo chefe da 3ª Seção/BAPH.

João Batista Santos
TEN. QOABM 517240-3



**GOVERNO
DA PARAIBA**

Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba - Batalhão de Atendimento Pré-hospitalar:
Rua Doutor Orestes Lisboa, S/nº, Conj. Pedro Gondim, 58.031-090, João Pessoa-PB
Fone: (83) 3243-9044 / (83) 3218-5751 / (83) 3218-7979 (FAX) - E-mail: crahbba@bombeiros.pb.gov.br





CRUZ VERMELHA
BRASILEIRA

RELATÓRIO DE CIRURGIA



Nome: Rozmildo Elias Ribeiro BE/Prontuário: _____
Idade: _____ Sexo: () Masculino () Feminino Cor: _____ Data: 19/08/15
Clínica/Setor: _____ EMP: _____ LR: _____
Cirurgia: Fratura Exposta do Antebraço
Cirurgião: Dr. Kien Mei 1º Assistente: Dr. Hemol
2º Assistente: _____ 3º Assistente: _____
Instrumentador: _____ Anestesista: _____
Tipo de Anestesia: _____ Horário: Início _____ : _____ Término _____ : _____

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
Fratura Exposta do Antebraço + Amputação transiônica do 3º gpl	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
Treatmento cirúrgico / Fixação de fratura do rádio e + Regularização de coto de amputação do 3º gpl	

Acidente durante Ato Cirúrgico: () Sim () Não. Descrição: _____

Biopsia de Congelação: () Sim () Não

Encaminhamento do Paciente após Ato Cirúrgico:

() Enfermaria () Terapia Intensa () Residência () Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: _____

João Pessoa, 19/08/15

F(NG).ASCIR.009-1



DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Paciente em decúbito dorsal
barragem em guilhotina (15 F0, 5%)

Incisão:

Asséptica / Antitérmica
Compos este resis

Achaços:

Incisão de pele
Atertura p/ planos

Condução:

Desbridamento

Nova barragem (15 F0, 5%)
Redução

Fixação com placa OCP 3,5 de
07 furos com 06 parafusos corticais 3,5
p/ controle

Fechamento:

Sutura p/ planos
Curativo

Observação:

~~João Pessoa~~
Regularização de coto de membro -
em 3º grau

Médico/CRM:

Dr. Heider Roberto L. Rodrigues
Ortopedia/Traumatologia
R. 09.5056-TEOT 6511

João Pessoa,

19/08/15

F(NG).ASCIR.009-1





Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO E DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

Folha 1/2

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HEETSIL

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HEETSIL

2 - CNES

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Rosenildo Jélias Ribeiro

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

859297

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

03/01/68

9 - SEXO

Masculino 1

Feminino 3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

Ula Estela da Silva

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Rua José Lourenço Mangabeira 15N

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

S. Paulo

14 - CÓDIGO MUNICÍPIO

358051000

15 - CEP

05000-000

17 - NÚMERO DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR (AIH)

MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR

19 - CÓDIGO PROCEDIMENTO - ANTERIOR

20 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA

21 - CÓDIGO PROCEDIMENTO - MUDANÇA

22 - DIAGNÓSTICO GERAL

23 - CID 10 PRINCIPAL

24 - CID 10 SECUNDÁRIO

25 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO(S) ESPECIAL(AIS)

26 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

27 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

28 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTI E/OU DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐ DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐ DIÁRIA DE UTI TIPO I

☐ DIÁRIA DE UTI TIPO II

☐ DIÁRIA DE UTI TIPO III

29 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

30 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

31 - QTD

32 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

33 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

34 - QTD

35 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

36 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

37 - QTD

38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Ex 3.5 - Osteoplasia da Placa do 07 Furos
Parafusos N: 16 - 03
N: 18 - 03

01 Agulha de Plexo A-30

PROFISSIONAL SOLICITANTE

39 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

40 - DATA DA SOLICITAÇÃO

19/08/15

41 - DOCUMENTO

42 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

43 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Dr. Renato L. Nobrega
Ortopedia/Traumatologia
CRM-SP 5050-TENT 65

AUTORIZAÇÃO

44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

45 - CÓDIGO ÓRGÃO EMISSOR

46 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

47 - DOCUMENTO

48 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)





Primeiro Atendimento Médico

1000003637168 BE.: 859297
ROSENILDO HELIAS RIBEIRO
DT. NASC.: 03/01/1968
MRE: MARIA ESTELA DA SILVA

END.: Josefa Tavares
N. SN - Mangabeira
JOAO PESSOA
FONE: ()
CELULAR: ()
IDADE: 49
DT. ENTORR.: 18/08/2015 20:55:38

PRIMEIRO ATENDIMENTO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: IDADE: DATA:

DADOS CLÍNICOS - MECANISMOS DO TRAUMA
Paciente, 49 anos, de sexo masculino, chegou com dor no punho direito. Nega queda de qualquer objeto. Refere dor em punho (E).

EXAME PRIMÁRIO

VIAS ☒ PÉRVIAS () OBSTRUÍDAS
AÉREAS
CERVICAL IMOBILIZADA: ☒ SIM () NÃO
VENTILAÇÃO:
TRAQUEIA NA LINHA MEDIANA () SIM () NÃO
RESPIRAÇÃO ESPONTÂNEA ☒ SEM DIFICULDADE
() COM DIFICULDADE

() VENTILAÇÃO MECÂNICA

() APNÉIA

AUSCUTA PULMONAR:

1- MURMÚRIO VESICULAR

HTD: ☒ Presente e normal
() Rude
() Diminuído
() Ausente
HTE: ☒ Presente e normal
() Rude
() Diminuído
() Ausente

2- RUÍDOS

() SIM
() NÃO
HTD: Roncos
Sibilos
Estertores
HTE: Roncos
Sibilos
Estertores

FR: _____ Imp _____ SaO₂ _____ %

CIRCULAÇÃO

COR DA PELE: ☒ Normal () Pálida () Cianótica
() Pletórica () Ictérica
TEMPERATURA DA PELE: ☒ Normal () Quente () Fria
PULSO: ☒ Normal () Aumentado
() Fino () Ausente

AUSCUTA CARDÍACA

RÍTIMO: ☒ Regular () Irregular () Ausente
BULHAS: ☒ Normotonéticas () Hipofonéticas
() Hipofonéticas () Ausente
SOPRO: ☒ Presente () Ausente
BE OU B4: ☒ Sim () Não

FC: _____ bpm PA: _____ X mmHg T: _____ °C

ECG:

ABDOMEN:

DEFICIT NEUROLÓGICO

Pupilas: ☒ Fotorreagentes

() Paralisadas () Isocóricas () Anisocóricas (diferença = _____ mm)

Escala de Glasgow:

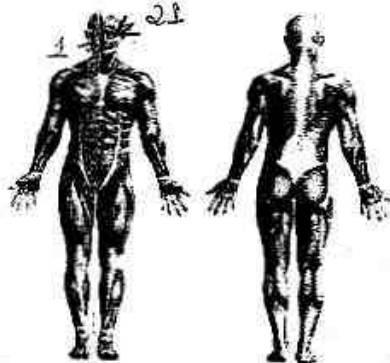
ABERTURA OCULAR	MELHOR RESPOSTA VERBAL ESCALA VERBAL PEDIÁTRICA (<4anos)	MELHOR RESPOSTA MOTORA
Esponânea	4	Obedece aos comandos
À solicitação verbal	3	Localiza a dor
Ao contínuo estímulo	2	Retira o Membro
Nenhuma	1	Flexão anormal (decorticação)
		Extensão Anormal (decerebração)
		Nenhuma

EXAME SECUNDÁRIO

ALERGIA: ☐ Não ☐ Sim: _____
 MEDICAMENTOS: ☐ Não ☐ Sim: _____
 IMUNIZAÇÃO: ☐ Não ☐ Sim: _____
 PATOLOGIA: ☐ Não ☐ Sim: _____
 ALIMENTOS INGERIDOS: ☐ Não ☐ Sim: _____

LOCAL DA LESÃO

Identifique o local com o número correspondente ao lado



- | | |
|------------------------|---------------------------------|
| 1 Abrasão | 19 Fratura Óssea Fechada |
| 2 Amputação | 20 Fratura Óssea Aberta |
| 3 Avulsão | 21 Hematoma |
| 4 Contusão | 22 Ingurgitamento Nervoso |
| 5 Crepitação | 23 Laceração |
| 6 Dor | 24 Lesão Tendinea |
| 7 Edema | 25 Luxação |
| 8 Empalamento | 26 Mordedura |
| 9 Efusão subcutânea | 27 Movimento torácico paradoxal |
| 10 Esmagamento | 28 Objeto Encravado |
| 11 Equimose | 29 Otorragia |
| 12 F. Arma Branca | 30 Paralisia |
| 13 F. Arma de Fogo | 31 Paresia |
| 14 F. Contuso | 32 Parestesia |
| 15 F. Cortante | 33 Queimadura |
| 16 F. Corto-Contuso | 34 Rinorragia |
| 17 F. Perfuro-Contuso | 35 Sinais de Isquemia |
| 18 F. Perfuro-Cortante | 36 |

OBS.:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada (regra da palma%)

% Graus de queimadura:

☐ 1º grau☐ 2º grau☐ 3º grau

EXAMES SOLICITADOS

☒ Radiografias☐ Ultrassonografia (FAST)☐ Tomografia computadorizada☐ Lavado peritoneal☐ Gasometria arterial☐ Tipagem sanguínea

PROCEDIMENTOS REALIZADOS

CONDUTAS E PROCEDIMENTOS		CÓDIGO	ASSINATURA E CARIMBO
1	Medicamento		
2	Atendimento		
3	Atendimento		
4	Atendimento		
5	Atendimento		
6	Atendimento		
7	Atendimento		
8	Atendimento		
9	Atendimento		
10	Atendimento		

Dr. Adriano das Trajano
 Cirurgião Geral
 CRM-PA 5399

OUCITAÇÃO DE PARECER MÉDICO

Solicito parecer da

Solicito parecer da

as

as

do

do

dia

dia

ESTADO DO PACIENTE

DATA

DA

AIDA

ORAS

☐ Centro cirurgico☐ Transferencia (unidade de saúde)☐ Internado (setor)☐ Alta hospitalar☐ Óbito☐ Decisão médica☐ Até 48 hs.☐ Após 48 hs.☐ A pedido☐ A revella☐ Família☐ JIML☐ SVO☐ Desistência☐ SVO

ASSINATURA/CARIMBO

ASSIN

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL

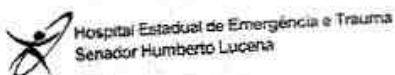
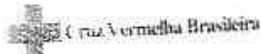
ASSIN



Assinado eletronicamente por: maria lucineide de lacerda santana - 07/07/2020 09:39:09

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2007070939097700000030774480

Número do documento: 2007070939097700000030774480



ACOLHIMENTO, 0 - - CNES: 123312 - Tel.:

Boletim de Atendimento: 859297



Identificação do paciente

ID 932674	Nome ROSENILDO HELIAS RIBEIRO	Estado civil SOLTEIRO(A)	Religião EVANGELICA	Sexo Masculino
Data de nascimento 03/01/1968	Idade 47 anos 7 meses 15 dias		Pai HELIAS MARCELINO RIBEIRO	Prontuário
Mãe MARIA ESTELA DA SILVA			Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)	
Escolaridade ANALFABETO			DDD Fixo	Fone Fixo
DDD Móvel	Fone Móvel		Nº Cns	
Tipo documento	Número documento		Tipo BAIRO	UF PB
Local de procedência MANGABEIRA			CSO/R	
E-mail	Naturalidade			

Endereço

CEP 58055000	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro Josefa Taveira
Número SN	Complemento		Bairro Mangabeira

Admissão

Data e Hora Prevista 18/08/2015 20:55:38	Número da pulseira 1000003537168	Convênio SUS
Especialidade CLINICA GERAL	Clinica CLINICA TRAUMA E GERAL	
Classificação de risco VERMELHA		Origem do paciente AMBULANCIA - BOMBEIROS
Caráter de atendimento URGENCIA	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente MOTO X MOTO

Indicadores e Transporte

Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Sim	Trauma Sim
Meio de transporte RESGATE - BOMBEIROS		Quem transportou AMB RESGATE	

Sinais Vitais

PA X mmHg	Pulso	Temperatura
--------------	-------	-------------

Exames complementares

Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []
Dados clínicos						
Diagnóstico						CID
Atendido por AYLA NICOLLE FERNANDES LOPES						Tempo 03min 18seg

Manoel (OK)
19/08
NS
EC
PA
Rx
OK

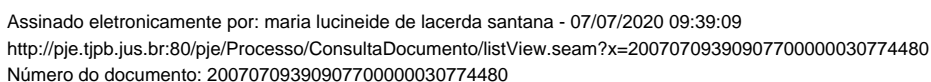


Salvador Ramos do Nascimento
15-11-1982
CN 1982-11-15-1982-11-15

- Accidente de mob
- Ss 15, sep. cum. bz. in cef. d.
- Constat, am. t. d.
- sau art. 1 fiscal

Car. Alt. Nava

100



MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 011863791390
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: 1 COD. RENAVAM: 00498792978-8 20150000139084-0 EXERCÍCIO: 2015

NOME: MARIA DA PENHA DE O B DA SILVA

CPF / CNPJ: 04986861409

PLACA: OFH1374/PB

PLACA ANT / UF: NOVO PB CHASSI: 9C2JC4110DR104539

ESPÉCIE TIPO: PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTÍVEL: GASOLINA

MARCA / MODELO: HONDA/CG 125 FAN KS ANO FAB: 2012 ANO MOD: 2013

CAP / POT / CIL: 2 P/124 /CI CATEGORIA: PARTIC COR PREDOMINANTE: VERMELHA

COTA ÚNICA: IPVA PAGO EM 10/04/2015 VENC. COTA ÚNICA: 1º VENC. COTAS: 2º

FAIXA IPVA: A PARCELAMENTO / COTAS: 0 3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$): ***** IOF (R\$): PRÊMIO TOTAL (R\$): DATA DE PAGAMENTO: 10/04/2015

OBSERVAÇÕES: A.F BCO PANAMERICANO SA

JOÃO PESSOA-PB

DATA

32280

10/04/2015

8345

AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CAPACIDADE DE CARGA, TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 011863791390 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br

SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO: 2015 DATA EMISSÃO: 10/04/2015

VIA: 1 CPF / CNPJ: 04986861409 PLACA: OFH1374/PB

RENAVAM: 00498792978 MARCA / MODELO: HONDA/CG 125 FAN KS

ANO FAB: 2012 CAT. TAR: 9 Nº CHASSI: 9C2JC4110DR104539

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$): ***** DENATRAM (R\$): ***** CUSTO DO SEGURO (R\$): *****

CUSTO DO BILHETE (R\$): SEGURO DATA DE PAGAMENTO: 10/04/2015

PAGAMENTO: COTA ÚNICA PARCELADO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.246.608/0001-04

www.seguradoralider.com.br

8345-1704481-20150410



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu M. da Penha de Oliveira Brito do S.º

RG nº 2.697.106, data de expedição 20/06/2007

Órgão SSP-PB, portador do CPF nº 049.868.614-09, com

domicílio na cidade de João Pessoa, no Estado de

P.B., onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)

Rua = dos prados Qd 258 Lt 201, nº _____,

complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mentionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a

vítima ROZINILDO ELIAS RIBEIRO cujo o condutor era

M. da Penha O. Brito do S.º

Veículo: Motocicleta

Modelo: Yamaha CG 125 Fan KS

Ano: 2012

Placa: OFH 1374/PB

Chassi: 9E2JC4110DR104539

Data do Acidente: 18/08/2015

Local e Data: João Pessoa

CARTÓRIO
VIEIRA BATISTA

M. da Penha de Oliveira Brito do S.º
Assinatura do Declarante

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

SERVIÇO NOTARIAL "VIEIRA BATISTA" 2º OFÍCIO DISTRITAL
Bel. Rômulo Vieira Batista - Tabelião / Bel. Rosângela Vieira Batista - Substituto
Rua Elias Pereira de M. 42 - Mangabeira - CEP 58060-010 - João Pessoa - Paraíba - Fone/Fax 3328-8888 / 3328-8888

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) Fim(es) M. da Penha de Oliveira Brito do S.º
M. da Penha de Oliveira Brito do S.º
Em test. da verdade, João Pessoa-PB 03/03/2016 15:40:25
Valdeir de Souza Alves - ESCRIVÃO AUTORIZADO
[2016-011552] [CNPJ nº 13.49.748/0001-05] FÉRMENOS 0,25 FÉRMENOS 1,70 ISS:R\$ 0,42
SELO DIGITAL: ACY26510-KAMF





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 25 de Outubro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190603584

Vítima: ROZINILDO ELIAS RIBEIRO

Data do Acidente: 18/08/2015

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ROZINILDO ELIAS RIBEIRO

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Boletim de ocorrência	Apresentar o Registro de Ocorrência Policial, em cópia simples, com o nome completo e sem abreviações do proprietário e os dados do veículo em que a vítima estava no acidente, pois o entregue não possui estas informações.
Documentos de identificação	Apresentar a cópia simples da carteira de identidade (RG) da pessoa indicada pelo beneficiário para assinar a rogo/a pedido ou, se não possuir, da certidão de nascimento, da certidão de casamento, da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, pois não foi entregue.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01825/01826 - carta_03 - INVALIDEZ

00290913



Carta nº 15016911





1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

Processo número - 0803585-43.2020.8.15.2003

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: ROZINILDO ELIAS RIBEIRO

Advogado do(a) AUTOR: MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA - PB11662-B

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária.

No caso, a parte promovente exerce a função de pedreiro, e declarou não possuir condições de arcar com as custas do processo.

A afirmação feita pelo promovente goza de presunção de veracidade, e somente pode ser afastada mediante prova inequívoca em contrário, **o que inexistiu nos autos**. Portanto, se mostra admissível, no caso vertente, a concessão da assistência judiciária gratuita.

Assim, nos termos do art. 98, do CPC, defiro a gratuidade judiciária.

O art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese entendimento anterior, na interpretação do texto legal, deve ser observado que a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. A formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em análise, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão de pedido feito no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo, sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

A experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Por outro lado, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante à realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o objeto a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o



contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Dessa forma, cite-se a parte promovida para, querendo, **apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias**, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

Servirá esse despacho como mandado.

.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito

